

Caos. Pais contestam cobrança nas escolas de Cacuoaco

Jornal A capital
07 De Março de 2014



A nova Centralidade de Cacuoaco foi erguida para alojar 60 mil pessoas

Como se não bastasse o atraso no arranque do ano lectivo, os encarregados de educação estão a ser confrontados com a notícia de que as escolas na Centralidade serão comparticipadas. A mesma chega numa altura em que não há hipóteses de transferência para um estabelecimento público.

Um mês depois do início do ano lectivo, o futuro de cerca de 6.000 alunos matriculados na Centralidade de Cacuoaco permanece uma incógnita, para o desespero das famílias.

Sem indicação sobre o começo das aulas, adiado por falta de equipamentos - incluindo secretárias e cadeiras -, os pais e encarregados de educação vêm-se agora a braços com um novo contratempo: a cobrança de uma comparticipação.

"Já pago a mensalidade da casa, o sustento dos meus três filhos, compro o material didáctico e agora terei de pagar propinas?", questiona Encamação Lemos, indignada com a mudança das condições, confirmada na segunda-feira.

Em causa, está a alteração inesperada do regime dos estabelecimentos de ensino da Centralidade, precipitada pela transferência da gestão do parque escolar da Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP) para a Igreja Católica.

"Há uma grande inquietação por parte dos moradores, porque fizeram as inscrições convencidos de que as escolas seriam públicas", confirma ao Agora Nelson Santos, presidente da Comissão de Moradores da Centralidade de Cacuoaco.

O responsável lembra que as famílias cumpriram com todos os procedimentos para garantir a matrícula dos educandos, sem que houvesse referência à obrigatoriedade de pagamento.

"Nem todos os encarregados de educação têm condições para pagar as escolas. Tudo começa com uma comparticipação, mas o valor altera-se por classes ou a cada ano que passa", reforça o porta-voz dos moradores.

'O que vai ser de nós? Os meus filhos ficarão sem estudar'.

Já ouvimos que o valor para as propinas está avaliado em 10.000 Kz para os

estudantes do segundo ciclo", antecipa Encarnação Lemos, sem esconder o desespero. "O que vai ser de nós? Se o Governo não revir a nossa situação, os meus filhos ficarão sem estudar".

O cenário promete endurecer o tom da contestação, reforçada a partir do exemplo da Centralidade do Kilamba.

"Como é que, no Kilamba, as escolas são públicas e aqui serão comparticipadas? A SONIP entregou os apartamentos sem garantir as necessidades básicas", protesta o morador Martins da Gama. "Não temos hospitais, não temos água e agora temos de pagar as escolas? Acho que deveríamos ter a possibilidade de escolha".

Questionada sobre este imbróglio, a Repartição Municipal da Educação adianta apenas que a informação relativa à comparticipação chegou ao seu conhecimento na passada segunda-feira, numa reunião em que estiveram presentes a SONIP e um representante da Igreja, a quem foram entregues as chaves das escolas.

De acordo com a mesma fonte, durante o encontro, a imobiliária alegou ter assinado um convénio com a Igreja Católica, motivo pelo qual as escolas passarão a ser com participadas.

Erguida numa área de cerca de 3.300 hectares, a nova Centralidade de Cacucaco, cujas obras iniciaram em 2008, conta, numa primeira fase, com perto de 10 mil apartamentos, que acolhem aproximadamente 5.500 famílias, das 60 mil previstas no total.

Localizada no Musseque Sequele, a cerca de 10 quilómetros da Via Expressa, a nova urbanidade foi dividida em 12 blocos e possui 426 edifícios.

Autor: Graça Paulo